Ata da 06ª Reunião Ordinária do 2º Ano Legislativo, da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de São Bento do Sul, realizada ao vigésimo quarto dia do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e dois, às dezenove horas, em São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, nas dependências da Câmara Municipal, situada à Rua Vigando Kock, nº 69. Presentes a maioria dos senhores vereadores. Reuniu-se na Câmara Municipal, em sessão ordinária, sob a Presidência da Vereadora Carla Odete Hofmann . Havendo quorum legal, em nome do Povo de São Bento do Sul foi aberta a sessão. A sra. Presidente comunicou a ausência do 2º Secretário diante de afastamento médico e solicitou ao assessor de imprensa, sr. Giancarlo Perreto, para que a secretaria-se. **ATA**. Discutida e aprovada por unanimidade a ata da 04ª reunião ordinária **EXPEDIENTE**: As matérias recebidas, correspondências recebidas e correspondências expedidas constam na pauta que é parte integrante da presente ata. **ORDEM DO DIA**: Dentro da ordem do dia, a sra. presidente encaminhou para as comissões técnicas os Projetos de Leis nºs 163, 164, 165 e 166/2022 do Executivo Municipal, o Projeto de Lei nº 044/2022 do Legislativo Municipal, como também a Moção 024/2022 do Legislativo. A sra. Presidente colocou em discussão única e votação o Requerimento de Informação nº 18 de 2022 – Autor: Jairson Sabino – Ao Executivo Municipal, com cópia a Secretaria de Obras e serviços urbanos requerendo informações minuciosas sobre os trabalhos realizados nas pavimentações no regime de mutirão. Com a palavra o autor. Relembrou que o assunto já foi mencionado na sessão passada e que apenas foram feitas as alterações que o Regimento Interno requer. Com a palavra a vereadora Terezinha M. Dybas. Reiterou a fala do vereador Jairson, enfatizando que agora o Requerimento segue o Regimento Interno e demonstrou-se favorável. Com a palavra a vereadora Carla Odete Hofmann. Destacou que sempre é favorável aos requerimentos de informações como as convocações de autoridades, pois entende que assim ocorre melhor o esclarecimento dos fatos para população. Não havendo mais manifestações a sra. presidente colocou em votação o referido Requerimento, e o mesmo sendo aprovada por unanimidade. A senhora presidente colocou em discussão única e votação o Requerimento de Informação nº 19 de 2022 – Autor: Jairson Sabino – Ao Executivo Municipal, com cópia a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente requerendo informações minuciosas sobre os trabalhos realizados pelo Programa Porteira Aberta. Com a palavra o autor. Destacou que o Programa Porteira Aberta é de suma importância, deste modo, visa informações sobre os direitos dos agricultores, como também dos critérios adotados para utilização das máquinas que são solicitadas pela Secretaria da Agricultura para a Secretaria de Obras. Enfatizou que assim poderá esclarecer muitas dúvidas dos agricultores e da população. Não havendo mais manifestações a senhora presidente colocou em votação o referido requerimento, o mesmo sendo aprovado por unanimidade. A sra. presidente, com aprovação do requerimento 045/2022, colocou em 2ª discussão e 2ª votação a Proposta de Emenda a Lei Orgânica Municipal 01 de 2022 – Autores: Terezinha Maria Dybas, Adriano Reinhardt, Angelo Ronei Peschiski, Carla Odete Hofmann, Darlan Andre Guliani, Hélio Alves, Luiz Lindecir Pesenti, Luiz Neri Pereira, Paulo Zwiefka e Zuleica Maria Sousa

Voltolini – Fica modificada a Lei Orgânica Municipal. Com a palavra a vereadora Terezinha M. Dybas. Comentou que a Emenda trata-se das férias do chefe do Poder Executivo. Explicou que atualmente o prefeito pode retirar, em uma única vez 30 dias, ou em duas vezes de 15 dias, o que difere dos servidores, que podem retirar as férias em até três vezes, de 10 dias cada. Informou que a proposta foi assinada por todos os vereadores, que estavam em suas cadeiras, na época de sua propositura. Explicou que a mesma tem por objetivo igualar para o prefeito, a possibilidade de retirar as férias de no mínimo 10 dias, se assim desejar. Comunicou que não há nenhuma despesa. Solicitou pela aprovação. Não havendo mais manifestações a sra. presidente, em observação ao Requerimento nº 045/2022 aprovado em sessão anterior e atendendo os arts. 331, 332, 133 do Regimento Interno, colocou em 2ª votação o referido requerimento e informou que o mesmo deve ser aprovado por 2/3, sendo a votação de forma nominal, o qual foi aprovada por unanimidade. A sra. presidente solicitou ao assessor de Imprensa sr. Giancarlo, para realizar a leitura do documento que foi protocolado no 22/02/2022, com o pedido de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito, de autoria do sr. Maurício Willemann, em desfavor do vereador Jairson Sabino, e em seguida o requerimento de instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito, realizado pelos vereadores Terezinha M. Dybas, Luiz Lindecir Pesenti, Carla Odete Hofmann e Hélio Alves. Ambos documentos foram lidos na íntegra. Informou a sra. Presidente que o procedimento para as manifestações acerca da comissão, aconteceriam conforme o ocorrido em outras vezes, fazendo com o vereador Jairson Sabino viesse a ser o último a se pronunciar. Sendo todos de acordo, a sra. presidente deu início as manifestações pelo Vereador Hélio Alves, o qual se manifestou favorável a comissão. Com a palavra a vereadora Terezinha M. Dybas. Relatou que o pedido foi realizado pelo Advogado Maurício por meio de um ofício que apresentava todos os fatos e sugeria a abertura, após análise dos vereadores, da Comissão. Informou que foi necessário que 1/3 dos vereadores subscrevessem o pedido. Destacou que foi realizado o mesmo procedimento de abertura de Comissão em face do vereador Ângelo Peschiski. Sendo assim, decidiu pelo protocolo do requerimento de instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito. Destacou que em conversa com o vereador Jairson Sabino, esse se mostrou muito tranquilo. Declarou ser favorável a abertura da CPI, pois nela o vereador Jairson poderá esclarecer todos os fatos e se houve, ou não, tais práticas. Declarou que se comprovado a culpabilidade, se monstra favorável também à abertura de processo de cassação. Com a palavra o vereador Luiz Lindecir Pesenti. Se mostrou favorável ao requerimento e ressaltou que será a melhor forma de se apresentar os fatos ao público. Com a palavra o vereador Darlan André Guliani. Ressaltou que para não “haver dois pesos e duas medidas” se colocou favorável ao requerimento. Com a palavra a vereadora Carla Odete Hofmann. Esclareceu que o pedido realizado é de investigação sobre as questões apresentadas no ofício protocolado, e alegou entender que também é um meio de se registrar a versão dos fatos do vereador Jairson, assim como a apuração do que foi narrado. Destacou que não se trata simplesmente de condenar ou absolver, e sim de se buscar elementos, para que dentro de um devido processo legal, haja a possibilidade de

defesa do vereador. Relatou ser importante a instauração, para que não ocorra dúvidas futuramente sobre as condutas relatadas e também para registro na Casa de Leis. Com a palavra o vereador Adriano Reinhardt. Comentou que é necessária Comissão, visto que as leis, pedem, mandam e devem ser obedecidas. Ressaltou que como foi aberta uma CPI em desfavor do vereador Ângelo, o mesmo deve ocorrer com o vereador Jairson. Destacou que é apenas uma investigação e que como vereador se mostrou tranquilo com a sua instalação, mostrará sua inocência. Com a palavra a vereadora Zuleica M. Sousa Voltolini. Comentou que com a abertura do Inquérito poderão ser esclarecidas muitas questões, e que todos munícipes estarão a par das informações. Destacou que assim, também será dado a oportunidade ao vereador Jairson de fazer suas colocações e comprovações. Se mostrou favorável a instituição da Comissão. Com a palavra o vereador Paulo Zwiefka. Destacou ser favorável a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito, visto a abertura de outra CPI dias atrás, a qual também se posicionou favorável. Relatou que situações como essas geram desgastes político e emocional em todos. Declarou inconformismo que situações como essas venham ocorrendo regularmente. Enfatizou que para realizar uma denúncia deve-se ter convicção e matéria probatória, para que no final não haja uma absolvição por falta de provas, e assim um desgaste desnecessário. Declarou que, caso no final haja a conclusão de culpabilidade, deve ocorrer a cassação. E destacou ainda, que caso não haja provas, os vereadores devem agir na moralidade e absolver. Enfatizou que “há acusações sobre fatos reais, como as vezes não”. Comentou que também está passando por um processo, onde já se têm uma posição do Ministério Publico a seu favor, mas como não tem sentença, portanto esta sem resolução. Declarou que mesmo quando se é absolvido, “parte da população já te condenou, pois entendem que uma vez que se é acusado, já é culpado”. Declarou que, portanto, deve-se ter total cuidado com as investigações, e caso resultar em culpabilidade, deve haver a casação, mas destacou que o procedimento deve sempre ocorrer dentro da moralidade. Com a palavra o vereador Jairson Sabino. Destacou que o ônus da prova cabe a quem acusa. Relatou que não tem que se defender de nada, pois quem o acusou que prove que fez. Declarou ser favorável a abertura da CPI e comentou que provavelmente haverá mais investigações nos próximos três anos. Comentou que não falará sobre os três pontos apresentados no ofício, pois não lhe cabe, também que não interferirá nas investigações e que preza pelo bom trabalho dos vereadores na mesma. Sobre os três pontos, comentou desconhecer sobre a ordem de apagar documentos, portanto quer que seja provado. Sobre a situação apresentada do maquinário, relatou que como vários maquinários estavam estragados, solicitava-se empréstimos de várias máquinas durante o dia, e ainda que o próprio Prefeito ligava para o Diretor do pátio, pedindo serviços, onde muitas vezes passou por cima de sua autoridade. Relatou que os chefes e o diretor da Secretaria de Obras seriam grandes fontes de informações para a Comissão. Comentou ainda que sobre o terceiro ponto apresentado no ofício, achou ser um absurdo constar, visto que já foi rejeitado nesta Casa de Leis. Destacou que o próprio servidor agiu de forma premeditada, com o intuito de gravar e assim divulgar para o público. Relatou se

entender como vitima da situação, visto que sofreu desacato, e comentou ainda, que o processo administrativo que versa sobre o fato está parado. Declarou não ter impulsionado o procedimento, visto que já havia ocorrido a conciliação e harmonização do grupo de trabalho. Relatou que o funcionário, após o fato narrado, não foi prejudicado de forma alguma, e que era de conhecimento de todos que haviam mais trabalhadores do que máquinas, por isso eram feitas escalas. Contextualizou o ofício realizado pelo sr. Maurício Willemann, comentando sobre sua ligação ao governo como também suas atividades profissionais e vida pessoal, e alegou ser apenas para informar, não havendo nenhum juízo de valor. Relatou que tem interesse em saber se cada vez que um vereador realizar um pedido de informação ou ser contrário ao Projeto de lei será aberto um pedido de CPI, ou a cassação do mesmo. Enfatizou que será favorável aos projetos que entender serem benéficos a São Bento do Sul. Indagou que se sempre que houver alguém contra o governos este será "seguido" pelo mesmo. Com a palavra a presidente, destacou que o ofício trata-se da atividade como Secretário e não como parlamentar. Destacou que já houveram votos contrários há projetos do Prefeito, onde nenhum vereador se sentiu amedrontado. Informou ao plenário que a comissão parlamentar de inquérito será instalada, por meio de portaria, conforme artigo 130, § 4º do R. I. Comentou ainda que mais uma questão seria analisada pelos vereadores. Informou que trata-se de um procedimento de infração politica administrativa, o qual foi realizado em um oficio e protocolado na data de 24 de fevereiro de 2022, na Secretaria da Câmara pelo sr. Mario Pereira. A sra. Presidente leu o documento na íntegra. Relatou a Presidente que após procedimento da denúncia deve ser feito a análise de admissibilidade. Explicou que a Lei aplicável é o Decreto-Lei nº 201 de 1967, sendo o quorum de votação de maioria simples, e que a votação ocorre de forma nominal, incluído voto da presidente. Indagou o vereador Jairson Sabino, se este se entende como impedido para julgar o presente fato, visto que foi recebedor do áudio e como a pessoa que apresentou e participou da situação narrada no ofício. Com a palavra o vereador Jairson Sabino. Declarou que deverá ser consultado o Regimento Interno, visto que apresentou o áudio ao público com o intuito de mostrar apenas "a pressão para cabine de emprego". Relatou que se o sr. Mario Pereira tem outro entendimento, ou qualquer outro cidadão, é outra situação. Indagou sobre a previsão no Regimento Interno. Com a palavra a Presidente. Informou que o regimento não trata da situação e explicou que por se tratar de julgamento, é necessário verificar se o vereador se entende "distanciado do fato" para poder emitir seu julgamento. Com a palavra o vereador Jairson Sabino. Relatou entender-se como impedido, mesmo sem haver previsão no Regimento, visto que foi quem mostrou o áudio para o público. Informou a sra. Presidente que como o vereador Jairson se declarou impedido, deverá ser convocado o suplente para poder dar prosseguimento ao fato. Realizou a convocação do suplente conforme art. 5º, inciso 1º do decreto lei nº 120/1967, e a solicitou a inclusão em pauta da votação da admissibilidade da denúncia, para próxima sessão. **PALAVRA LIVRE.** Fez o uso da palavra o vereador **Luiz Lindecir Pesenti.** Ressaltou ao vereador Jairson Sabino, que foi muito bem colocado o Requerimento de Informação, e esclareceu que a Secretaria da

Agricultura agiu sempre dentro do programa Porteira Aberta e afirmou que serão esclarecidas quaisquer dúvidas com a presentação dos dados solicitados. Relatou sobre a cobrança de patrolamento no Rio Natal e no interior. Comentou que conversou com o Secretário de obras, sr. Luiz Neri, o qual informou que as obras no Rio Vermelho estavam sendo finalizadas e após seguiriam para o Rio Natal. Comentou que também cobrou a respeito do Rio Antinha para o Secretário, diante da situação que o local se encontra. Agradeceu ao Prefeito Antonio J. Tomazini Filho, pela chegada da primeira máquina comprada pela Secretaria da Agricultura, a qual agilizará os trabalhos da Secretaria. Destacou que há 6 anos a Secretaria da Agricultura não recebia uma máquina nova. Agradeceu novamente e informou que haverá novas compras em breve. Fez o uso da palavra o vereador **Jairson Sabino.** Destacou a importância do Programa Porteira Aberta para os agricultores. Salientou que a cidade ainda não tem a devida força que deveria ter na Agricultura, mas que com o apoio e incentivo, poderá melhorar. Ressaltou que deve ser incrementado, com mais recursos, maquinários e apoio, pois assim mais programas podem vir para a cidade. Destacou que há a possibilidade de linha de crédito do governo federal para várias situações da Agricultura. Ressaltou que o Requerimento foi solicitado apenas para informar o público sobre os direitos do agricultor e que de não haver dúvidas sobre a lisura do procedimento. Comentou sobre a indicação de pavimentação dos passeios, a qual vem cobrando desde o ano passado e que já havia passado ao Prefeito. Alegou que a Prefeitura deveria dar exemplo na questão da pavimentação das calçadas. Destacou que as calçadas possuem muitos obstáculos, como postes e árvores, reafirmou que discorda com árvores nas calçadas. Relatou que a cidade possui calçadas feias, diante do governo não querer cobrar os donos pois poderão perder seus votos. Citou que o Código de Posturas apresenta que se a via é pavimentada deve haver pavimentação dos passeios. Ressaltou que então solicita para que o Prefeito faça a pavimentação dos passeio nos imóveis públicos, como escolas, creches, áreas verdes, postos, entre outros. Ressaltou que assim, após realizados nos órgãos públicos, poderá ser cobrados das pessoas físicas e jurídicas para que façam às calçadas. Solicitou a atenção da Líder de governo sobre o assunto. Fez o uso da palavra o vereador **Adriano Reinhardt**. Relatou fato ocorrido com um técnico esportivo da cidade, onde ocorreu o chamamento público da FMD, o qual foi aprovado em projeto de lei no ano passado. Alegou entender que houve “erros” no chamamento e que verificará com outros técnicos durante a semana, para assim, trazer informações e apresentar na Câmara. Indagou se ocorrerá, novamente, problemas no esporte da cidade, com beneficiamentos, indicações, etc. Declarou que a imagem da cidade está sendo prejudicada diante de CPIs. Destacou a palavra do vereador Jairson Sabino, que relatou solicitar e fazer indicações para a melhora da cidade, porém já se passaram mais de ano e não forma ouvidas. Enfatizou que “não se vê um metro de asfalto, um ponto de desenvolvimento”. Alegou que investigará sobre o chamamento público. Comentou sobre uma situação ocorrida com um cidadão, onde um pai que estava com o filho adoecido se encaminhou para o posto de saúde e lá o médico fez um atestado para a mãe, se negando de fazer o atestado para o pai. Pediu para verificar a lei. Falou sobre as

pavimentações das ruas, onde se encontram bastante dificuldade com empreiteiras, pois ganham as licitações, mas não levam prazos a risca. Destacou a situação da Estrada Dona Francisca, onde já foi realizada a licitação e já há uma empresa vencedora, mas alegou que até o momento, não se vê trabalho, e nem cobrança pelo Executivo. Ressaltou que irá cobra do Executivo para cumprir o prazo, pois assim poderá se passar mais um ano e não se verá a obra concluída, dessa e das outras vias. Fez o uso da palavra o vereador **Darlan André Guliani.** Declarou que como presidente da comissão de saúde da Câmara, tenta sempre ouvir todos os lados e assim buscar soluções para a melhora da saúde do município. Relatou que acredita que a política deve ultrapassar os 4 anos de legislatura. Comentou que há um deficit de atendimento pelos postos de saúde que acaba por sobrecarregar o hospital. Apresentou dados que colocam São Bento do Sul na 14º colocação em contribuição de impostos para Santa Catarina. Comentou que São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre, totalizam juntas 140 mil habitantes. Relatou que o município está em uma briga com a CIDASC, para que seja devolvido um terreno, o qual foi lhe dado de presente. Alegou que não entende até hoje o motivo do "presente". Sugeriu que as três cidades poderiam se unir e formar uma comitiva, executiva, legislativa e empresariais, em face do governo para que seja construído no terreno um hospital regional. Ressaltou que como é ano eleitoral devem se utilizar dessa oportunidade. Exemplificou a criação de várias outras comitivas que ocorreram no Estado, e solicitou o engajamento da sociedade. Fez o uso da palavra a vereadora **Terezinha M. Dybas.** Lamentou a abertura de mais uma CPI. Relatou que a cidade precisa de tantas ações para melhora lá e de oportunidades, mas os vereadores ficam prendidos a falar sobre CPIs. Comentou sobre a indicação do Vereador Jairson Sabino sobre as calçadas em frente das escolas e postos de saúde e ressaltou que as Secretarias, de Saúde e Educação, já fizeram levantamento, em virtude de uma solicitação do Prefeito, para que todos os postos de saúde e escolas do município, independente de pavimentação nas vias, para que recebam o calçamento. Informou que a Secretaria de educação possui em torno de 2.500 metros, levantados, com o custo de aproximadamente de R$ 440.000,00, e que já está se encaminhando para o processo de licitação. Relatou que a Secretaria de Saúde ainda está fazendo o levantamento. Informou que haverão então, duas licitações nos próximos meses, as quais serão realizadas separadas, para a pavimentação das calçadas. Relatou que São Bento do Sul, apesar de todos os problemas que vem ocorrendo, é exemplo, destacando o programa PSA, que foi implantado anos atrás e que é modelo. Comentou sobre a Usina de Lixo, que está despertando interesse por ser pioneira. Destacou que a Educação é considerada modelo para várias cidades de Santa Catarina, diante das demandas que foram implementadas pela Secretaria. Destacou que a cidade têm sim problemas que precisam ser resolvidos. Mas alegou que não deveriam ser CPIs esses problemas. Ressaltou que conversou com o vereador Jairson, o qual apareceu estar tranquilo e desejou que tudo seja resolvido o mais breve possível e da melhor forma. Destacou como exemplo a situação da EMHAB, onde foi colocado a público, a lista de espera das pessoas para conseguirem as moradias. Comentou também que foi colocado de forma

pública o calendário de ações que a Secretaria de Obras realizará, no site da prefeitura. Fez o uso da palavra a vereadora **Carla Odete Hofmann.** Concordou com as falas dos vereadores Adriano e Terezinha sobre o desgaste diante das CPIs. Definiu o momento vivido como “politicagem”. Relatou que as “politicagens” tem afastado São Bento do Sul do desenvolvimento. Destacou que a cidade sendo a 14º economia do Estado, não consegue ser representada, tanto politicamente quanto em crescimento e em obras públicas. Indagou as pessoas que sempre estiveram de um lado ou de outra da politica, visto que “quando no poder, usaram e abusaram do poder, e quando fora, tentaram retornar o tempo todo”. Perguntou as que estão nos cargos elegidos, se pretendem continuar “nesse caminho”, fazendo mais do mesmo. Relatou que é cobrada em reuniões com a indústria, alterações legislativas, como a de reforma no plano diretor, código de postura do município, entre outras, para atualização da legislação. Enfatizou que 6 vereadores, do total de 10, já se encontram destacados para as CPIs e salientou que poderão ser mais, caso houver no futuro a cassação. Indagou se é isso que a grande parcela do povo solicita, ou apenas é um pequeno grupo que quer fazer que não ocorra o desenvolvimento da cidade. Comentou sobre o terreno da CIDASC, o qual foi doado por São Bento do Sul para o Estado. Enfatizou que o mesmo foi dado sem nenhuma contrapartida. Relatou foi passado do Estado para CIDASC depois, e que agora está havendo problemas na devolução. Ressaltou que mais uma vez é “politicagem”, visto que a ação não explica, e até a considera criminosa. Indagou o porquê do Executivo fazer uma doação de bem público sem nada em troca. Finalizou dirigindo sua fala as pessoas que realizaram esta ação. Não havendo mais nada a ser tratado, a senhora Presidente Carla Odete Hofmann agradeceu a presença de todos e convocou os vereadores para a próxima sessão ordinária, que se realizará na data 07 de março de 2022 às 19:00 horas e encerrou mandando lavrar a presente Ata. Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 2022.

CARLA ODETE HOFMANN
Presidente

DARLAN ANDRÉ GULIANI
Vice-Presidente

ANGELO RONEI PESCHISKI
Segundo Secretário

ADRIANO REINHARDT

HÉLIO ALVES

JAIRSON SABINO

PS/ps

PAULO ZWIEFKA

LUIZ LINDECIR PESENTI

TEREZINHA MARIA DYBAS

ZULEICA MARIA SOUSA VOLTOLINI

PS/ps